

Efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na Vida dos Agricultores de Coimbra, MG: Uma Avaliação Comparativa de suas Repercussões na Qualidade de Vida¹

Rosária Cal Bastos¹, Amélia Carla Sobrinho Bifano², Maria das Dores Saraiva de Loreto³

^{1, 2, 3}*Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.*

RESUMO: *O Governo Federal estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos advindos da agricultura familiar. Com esta ação, espera-se que os pequenos produtores rurais tenham instrumentos mínimos para a inclusão e fixação deles no meio rural, que, por sua vez, serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar, propiciando melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiados pelo Projeto. Este artigo tem por objetivo avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários, em comparação com os agricultores familiares não beneficiários deste Projeto, considerando as suas repercussões na qualidade de vida deles. O procedimento metodológico utilizado foi à pesquisa quanti-qualitativa com 157 agricultores familiares do município de Coimbra, MG, por meio da aplicação de questionários. Os resultados indicaram que não houve impacto, no que se refere à qualidade de vida dos beneficiários em comparação com os não beneficiários. Isso pode estar associado a outras políticas públicas em que os agricultores familiares estão inseridos. Esta pesquisa permite uma visão global da efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no município estudado.*

Palavras-chaves: *Avaliação de Efetividade. Política Pública. Agricultura Familiar. Qualidade de Vida.*

I. INTRODUÇÃO

A partir de 1990, a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando publicidade em razão dos entraves que os agricultores têm para comercializarem seus produtos, sendo a venda o principal gargalo. Neste cenário, destacam-se as políticas públicas que definem a criação de mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar, cujo objetivo dentre outros, é o fortalecimento da agricultura familiar e a contribuição para fixar os produtores familiares no campo (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Entre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve origem na década de 1940, e que, somente a partir de junho de 2009, ao instituir a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passou a integrar o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), que determina que pelo menos 30% (trinta por cento) do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser adquirido diretamente da agricultura familiar. Esta é uma das ações do Governo Federal que visa promover o acesso do pequeno agricultor familiar a condições mínimas para fixação dele no campo, a partir da garantia de venda dos produtos excedentes e, portanto, do fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil (FNDE, 2015).

Assim, segundo Lima et al. (2016), do ponto de vista mercadológico, a partir da Lei nº 11.947/2009, o PAGAAF abre mais um canal de comercialização, no qual possibilita aos agricultores familiares atuarem como fornecedores, além de contribuir para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e fortaleça suas ações comerciais. Para Triches e Schneider (2013), o projeto de compras institucionais passou a apresentar grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros

¹Este artigo embasa-se nos resultados da Dissertação de Mestrado intitulada: “Avaliação da Efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar, no município de Coimbra, MG”, que foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG, no ano de 2017.

alimentícios dos agricultores familiares, gerando renda e, portanto, beneficiando pequenos agricultores. Ou seja, o PAGAAF pode ser um vetor que injeta dinheiro na economia local impulsionando a economia dos municípios, em contrapartida melhora a qualidade de vida das famílias dos agricultores rurais, de forma contribuir com a diminuição do êxodo rural.

Dessa forma, a partir da implementação do PAGAAF, espera-se que os pequenos produtores rurais tenham instrumentos mínimos para sua inclusão e fixação no meio rural, que por sua vez serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar e que, por conseguinte, propiciarão melhorias à qualidade de vida dos beneficiados. Assim, pressupõe-se que podem ocorrer inúmeras alterações na qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários do projeto. Porém, a qualidade de vida é um termo bastante subjetivo, uma vez que é diferente para cada pessoa, em função de seus valores, de suas particularidades, de suas vivências, de seus costumes e de seu ambiente relacional. Gonçalves e Vilarta (2004) definem qualidade de vida pelo modo como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, moradia, trabalho, renda e sua participação nas decisões que lhes dizem respeito. Para Minayoet al. (2000) qualidade de vida é uma percepção do ser humano, que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida familiar, social, econômica, política e ambiental, que remete conforto, bem-estar, valores individuais e coletivos, dentre outros. Nesta perspectiva, o conceito de qualidade de vida utilizado nesse trabalho é o que se reporta ao modelo desenvolvido por Metzenet al. (1980), ao considerar que a qualidade de vida deve envolver componentes concretos da vida dos indivíduos e famílias, e também as suas percepções e avaliações subjetivas.

É neste contexto que surge o interesse de avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários em comparação com os agricultores familiares não beneficiários no projeto, considerando suas repercussões na qualidade de vida.

De acordo com Arretche (2001), Baptista (2000) e Fagundes e Moura (2009), a avaliação da efetividade possibilita avaliar a capacidade de a política pública, após sua efetivação, dar respostas aceitas e adequadas aos problemas ou às questões que pretendeu atender, além de avaliar o sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança na vida cotidiana da população atingida pelas políticas públicas.

O objetivo deste trabalho é avaliar a efetividade a partir do grau/nível de satisfação e da percepção dos agricultores familiares quanto aos efeitos alcançados pelo Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) inserido no PNAE, em relação à qualidade de vida do agricultor familiar depois da implementação deste Projeto.

II. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Realizou-se a pesquisa na zona rural de Coimbra, MG. O município está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais e conta com uma população de, aproximadamente, 7.054 habitantes, sendo cerca de 70% rural. Dos agricultores familiares, 1.398 estão cadastrados na EMATER-MG e têm conhecimento dos programas governamentais destinados a este segmento, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Participaram desse estudo agricultores familiares que possuíam o conjunto de características necessárias para participarem do PAGAAF no município de Coimbra-MG. Para a definição do tamanho da amostra, foi adotado o nível de confiança de 95% e erro amostral de 5% (TRIOLA, 2005), o que conduziu a uma amostra de 149 agricultores familiares, dentre os 244 cadastrados na EMATER-MG.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário semiestruturado. Para sua construção levou-se em consideração o modelo de qualidade de vida de Metzenet al., (1980), baseado nas subcategorias: vida família; geração de renda; saúde; moradia; educação; alimentação; relacionamento e ajudas; bem-estar consigo mesmo; trabalho e produção; lazer; religião; serviços comunitários; integração social e política; meio ambiente e segurança física. Os questionários foram aplicados no período de 18 de julho a 10 de setembro de 2016. Para análise dos dados, fez-se uso de ferramentas estatísticas, como a análise exploratória dos dados, alfa de Cronbach, escala somada, teste de médias e análise de frequências (MOREIRA, 2016). Para o tratamento dos dados e a realização das análises estatística, foram utilizados os programas MS Excel e *StatisticalPackageforthe Social Sciences*– SPSS.

A fim de avaliar os dados quantitativos, realizou-se o teste t para as amostras independentes, visando analisar o mais significativo dos componentes de qualidade de vida que foram elaborados. Os significantes devem atender à hipótese central de que o PAGAAF, ao ser implementado, concede aos pequenos produtores rurais instrumentos mínimos para sua inclusão e fixação no meio rural, abrindo canais de comercialização para o agricultor, que, por sua vez, serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar e que, por conseguinte, propiciarão melhorias à qualidade de vida dos beneficiados. Assim, tem-se que:

$H_0: X_0 = X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é igual à média de satisfação dos não beneficiários.

$H_1: X_0 \neq X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é diferente da média de satisfação dos não beneficiários.

Quanto à análise qualitativa, para avaliar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à qualidade de vida, foi feita subjetivamente, de acordo com as percepções dos agricultores entrevistados, levando-se em conta o nível de satisfação com as diversas subcategorias da qualidade da vida. Estas subcategorias foram avaliadas pelos agricultores, em termos do nível de satisfação, sendo atribuídos valores que variam de 1 a 5, correspondendo, respectivamente, aos seguintes graus de satisfação: muito insatisfeito, insatisfeito, indiferente, satisfeito, muito satisfeito. Para aqueles componentes da qualidade de vida com nível de insatisfação, os entrevistados deveriam justificar suas razões.

III. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Análise da satisfação das subcategorias da qualidade de vida

O acesso das famílias às diferentes subcategorias da qualidade de vida e a satisfação delas com estas estão representados na Tabela 1, a partir da construção das frequências absoluta e relativa.

Tabela 1 – Satisfação dos agricultores familiares referente à Qualidade de Vida.

Subcategorias - Qualidade de vida	Grau de Satisfação									
	muito insatisfeito		insatisfeito		indiferente		satisfeito		muito satisfeito	
	Frequências Absoluta (Ab) e Relativa (%)									
	Ab	%	Ab	%	Ab	%	Ab	%	Ab	%
Vida familiar			3	2,0	7	4,6	73	47,9	74	48,7
Geração de renda			1	11,2	39	25,6	93	61,1	8	5,2
Saúde			6	3,9	14	9,2	112	73,6	25	16,4
Moradia			2	1,3	9	5,9	125	82,1	21	13,8
Educação			2	1,3	15	9,9	131	86,1	9	5,9
Alimentação			1	0,7	3	2,0	138	90,7	15	9,9
Relacionamento e ajudas			5	3,3	11	7,2	108	70,9	33	21,7
Bem estar consigo mesmo			3	2,0	11	7,1	107	70,4	36	23,7
Lazer			12	7,8	32	21,1	103	67,6	10	6,6
Serviços comunitários			7	4,6	66	43,3	83	54,6	1	0,7
Religião			2	1,3	10	6,6	107	70,3	38	25,0
Trabalho e produção			4	2,6	14	9,2	103	67,6	36	23,6
Meio ambiente	2	1,3	5	3,2	56	36,8	91	59,9	3	2,0
Integração social e política	1	0,7	7	4,6	79	51,8	68	44,7	2	1,3
Segurança física	22	14,5	100	65,7	19	12,4	14	9,2	1	0,7
Média geral	8,3	5,5	10,6	7,7	25,6	16,8	97,0	63,7	20,8	13,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As informações apresentadas na Tabela 1 detalham o grau de satisfação dos agricultores familiares, que estão aptos a participarem do PAGAAF, no que se refere à qualidade de vida deles.

Os resultados obtidos indicam que as subcategorias da qualidade de vida, vida familiar, geração de renda, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamento e ajudas, bem-estar consigo mesmo, trabalho e produção foram os que os agricultores familiares estavam mais satisfeitos. Quanto às subcategorias lazer, integração social e política e meio ambiente, estes foram os componentes que os agricultores familiares se sentiram indiferentes ou insatisfeitos. A segurança física dos agricultores e de seus familiares teve o maior percentual de insatisfação.

Estes resultados corroboraram com os encontrados nos trabalhos de Cardoso (2010), Manfiolli (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), os quais indicaram positivos efeitos dos programas sociais na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, como fortalecimentos dos laços familiares, aumento da renda, adoção de práticas solidárias, promoção de conforto e melhorias nas moradias, boa alimentação etc. Assim, verificou-se uma existência de uma associação da qualidade de vida e do PAGAAF, demonstrando características que podem contribuir para inserção dos agricultores familiares nos programas governamentais instituídos no Brasil.

3.2 Comparação do nível de Qualidade de Vida dos Agricultores Familiares (Beneficiários x Não Beneficiário)

Após analisar separadamente as subcategorias da qualidade de vida, verificaram-se os mais significantes, de acordo com os conceitos de Qualidade de Vida elaborados. A decisão de rejeição ou não das

hipóteses testadas foi tomada com base no p valor (p value), que indica a probabilidade estimada de rejeição da hipótese nula. Como se admitiu o nível de significância a 5%, qualquer p valor abaixo desse valor rejeita-se H_0 .

Assim, foram analisadas a descrição estatística e a comparação de médias da satisfação com a qualidade de vida dos dois grupos, o beneficiário e o não beneficiário. Na Tabela 2, são apresentados os testes de médias para as variáveis relativas à qualidade de vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, os quais participam ou não do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

Tabela 2 – Qualidade de Vida dos agricultores de Coimbra, MG, Brasil

Subcategoria da Qualidade de Vida	Beneficiário				Não Beneficiário				
	média	mínimo	máximo	desvio padrão	média	mínimo	máximo	desvio padrão	
Vida Familiar	4,0	4	4	0	4,4	2	5	0,67	
Geração de Renda	4,0	3	5	0,71	3,57	2	5	0,75	
Saúde	4,2	4	5	0,45	3,99	2	5	0,64	
Moradia	4,2	4	5	0,45	4,05	2	5	0,49	
Educação	4,2	4	5	0,45	3,93	2	5	0,45	
Alimentação	4,0	4	4	0	4,07	2	5	0,38	
Relacionamentos e Ajudas	3,8	3	4	0,45	4,09	2	5	0,64	
Bem-estar consigo mesmo	4,0	4	4	0	4,16	2	5	0,58	
Lazer	3,6	2	4	0,89	3,71	2	5	0,70	
Serviços Comunitários	3,4	3	4	0,55	3,5	2	5	0,60	
Religião	4,0	4	4	0	4,16	2	5	0,59	
Trabalho e Produção	4,2	4	5	0,45	4,09	2	5	0,65	
Meio Ambiente	3,2	2	4	0,84	3,57	1	5	0,65	
Integração Social e Política	3,2	3	4	0,45	3,41	1	5	0,63	
Segurança Física	2,6	2	4	0,89	2,18	1	5	0,81	
Média Geral	3,77				3,79				
Alfa de Cronbach	0,83								
Teste de Médias	Grupos				Percentual (%)				P valor
Qualidade de Vida	Beneficiário				3,2				0,941
	Não Beneficiário				96,8				

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 2 são apresentadas as 15 subcategorias da qualidade de vida que são analisadas tanto para o grupo tratamento (beneficiário) quanto para o grupo controle (não beneficiário), descrevendo a média, o mínimo, o máximo e o desvio-padrão. A média dos grupos representa o valor comum atribuído pelos entrevistados. Em geral, a média de ambos os grupos está concentrada na escala de 4 pontos, podendo observar algumas variações nas respostas, onde o mínimo e o máximo evidenciam essas variabilidades e o desvio padrão as confirma.

As subcategorias “vida familiar”, “saúde”, “moradia”, “educação”, “alimentação”, “relacionamentos e ajudas”, “bem-estar consigo mesmo”, “serviços comunitários”, “religião”, “trabalho e produção” e “integração social e política”, com base na percepção dos beneficiários, obtiveram médias entre 3,2 a 4,2 e baixo desvio padrão, entre 0 a 0,55, indicando que houve reduzida variabilidade nas respostas, ou seja, as respostas concentraram no intervalo do mínimo e máximo entre 3 e 4 pontos. Na percepção dos não beneficiários, essas subcategorias tiveram médias semelhantes entre 3,41 a 4,4, e baixo desvio padrão entre 0,38 a 0,67, indicando também que a baixa dispersão das respostas. Esses resultados indicam homogeneidade na avaliação dos agricultores familiares em relação às essas subcategorias da qualidade de vida.

Entretanto, as subcategorias “geração de renda”, “lazer”, “meio ambiente” e “segurança física”, conforme percepção do grupo tratamento, indicaram médias baixas, entre 2,6 a 4,0, ocorrendo maior dispersão, onde o mínimo e o máximo estão num intervalo entre 2 e 4, numa variação das respostas. Quanto ao grupo controle, essas subcategorias também tiveram médias que variaram entre 2,18 a 3,71, com desvio padrão entre 0,70 a 0,81 indicando maior dispersão entre as respostas. Estas variabilidades podem indicar que essas subcategorias são assuntos que podem ter diferentes visões pelos entrevistados.

Nota-se ainda, na Tabela 2, que a média geral das subcategorias, para o grupo tratamento alcançou a média, 3,77; e no grupo controle, 3,79. O Alfa de Cronbach foi de 0,83. O teste de média dos grupos correspondeu a um total de 157 agricultores familiares, sendo 3,2% dos beneficiários e 96,8% dos não beneficiários. O P valor foi igual a 0,941.

Verifica-se que, a confiabilidade das subcategorias da Qualidade de Vida, a partir da técnica do Alfa de Cronbach, que se obteve um coeficiente com valor de 0,83, confirmando que as subcategorias são fortemente correlacionadas, uma vez que o valor de Alfa, que está dentro do parâmetro de 0 a 1, que requer o mínimo aceitável de 0,60 (MAROCO; GARCIA-MARQUES, 2006). Tal resultado demonstrou que o conjunto de subcategorias adotado representa com confiabilidade a ideia geral de qualidade de vida.

No que se refere à média geral das subcategorias da Qualidade de Vida, verificou-se que os testes de médias indicaram igualdade de satisfação ($H_0: X_0=X_1$), ou seja, a média da satisfação dos beneficiários que corresponde 3,77 é estatisticamente igual à média de satisfação dos não beneficiários de 3,79.

Os dados apresentados na Tabela 2 indicaram a rejeição da hipótese testada, tomada com base no P valor de 0,941. Como se admitiu nível de significância a 5%, qualquer P valor abaixo deste valor rejeita-se H_0 . Todavia, $0,941 > 0,05$, o que denota que não houve diferenças estatísticas entre as médias de satisfação dos agricultores do PAGAAF e as dos que não participam deste Projeto ($H_0: X_0=X_1$). O resultado desta pesquisa corrobora com outras avaliações de programas sociais destinados ao meio rural, como PRONAF, PAA e PNAE, apresentados nos trabalhos de Damasceno, Khan e Lima (2011) e de Moreira, Silveira e Motter (2014), que avaliaram a percepção dos agricultores familiares beneficiários e não beneficiários, referente à melhoria da qualidade de vida diante desses programas. Os referidos autores identificaram que os programas sociais isoladamente não conseguem contribuir para melhorias na qualidade de vida, quando se comparado com outros estudos.

Embora a média da qualidade de vida do grupo tratamento seja estatisticamente igual à do grupo controle, pode-se afirmar que PAGAAF contribui para a satisfação dos beneficiários com relação a determinados elementos da qualidade de vida, pois as médias das subcategorias “geração de renda” (4,0) e “trabalho e produção” (4,2) foram maiores na percepção dos agricultores beneficiários, se comparando com as dos agricultores que não pertencem ao Projeto, com média (3,57) e (4,09).

Dessa forma, os resultados do Projeto apontaram melhorias em aspectos específicos na qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários, como aumento da renda, diversificação da produção e garantia de mercado e comercialização. Este indicativo é semelhante ao encontrado em Oliveira (2015), Cunha (2015) e Manfiolli (2014), os quais avaliaram os efeitos do PAA e PNAE na vida do agricultor e concluíram que, mesmo de forma significativa, ocorreu aumento da diversificação da produção, melhoria da renda, garantia de mercado e comercialização.

Cabe ressaltar que, não havendo a diferença entre os grupos, não significa que o PAGAAF não esteja melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários, pois a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares tanto dos beneficiários como a dos não beneficiários está, muitas vezes, associada a outras políticas públicas onde os agricultores estão inseridos, como PAA, PRONAF, PBF e PNHR. Esta afirmação é apontada nos trabalhos de Damasceno, Khan e Lima (2011), Mafiolli (2014), Oliveira (2015), Cunha (2015) e Moreira (2016), em que a qualidade de vida foi um aspecto positivo adquirido após a inserção dos agricultores em um conjunto de programas sociais.

IV. CONCLUSÃO

Conforme os resultados, verificou-se que as subcategorias da qualidade de vida: vida familiar, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamento e ajudas, bem-estar consigo mesmo, trabalho e produção foram os itens que os agricultores familiares estavam mais satisfeitos. Quanto às subcategorias: lazer, integração social, política e meio ambiente foram os tópicos que estes agricultores se sentiam indiferentes ou insatisfeitos. Já a “segurança física” teve o maior percentual de insatisfação, para os dois grupos.

Os resultados indicam que não houve diferença entre as médias de satisfação entre beneficiários e não beneficiários. Isso pode indicar que ser beneficiário ou não do PAGAAF não teve influência significativa sobre a percepção dos agricultores familiares acerca da qualidade de vida deles.

Foram percebidas pelos agricultores familiares mudanças como o aumento da renda, a diversificação da produção, a garantia de mercado e a facilidade de comercialização. Embora a média geral da qualidade de vida do grupo tratamento tenha sido igual à do grupo controle, nas subcategorias “geração de renda”, “trabalho e produção”, a percepção de melhoria foi maior dos agricultores beneficiários, se comparando como os agricultores que não pertencem ao Projeto, o que pode ser um indicativo de que o participar do PAGAAF contribui para o aumento da satisfação dos beneficiários com relação à qualidade de vida, conforme recomendado por Arretche (2001), Cohen e Franco (2008), Rua (2009), Silveira et al. (2013) e Silva e Barros (2015), os quais relataram que ao avaliar uma política pública deve-se considerar cuidadosamente todas as subcategorias, a fim de alcançar os resultados mais minuciosos possíveis, buscando, não apenas os resultados que possam medir quantitativamente os benefícios ou não, e, sim, os processos que qualificam decisões, mudanças, implicações e conflito ocasionados pelos programas sociais com seu público-alvo.

Sugere-se que sejam feitos outros estudos avaliativos desta natureza, ampliando-se para os outros

municípios de pequeno porte, assim como pesquisas que foquem em outros sujeitos envolvidos no projeto, como agentes financeiros, técnicos agropecuários, gestores públicos e instituições participantes, como os conselhos municipais e as associações de produtores rurais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.
- [2] BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. 155 p.
- [3] BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 25 jul. 2006.
- [4] _____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 17 jun. 2009.
- [5] CARDOSO, Virgínia Arlinda da Silva et al. Práticas do cotidiano e o Programa Minas Sem Fome: A experiência da Padaria Artesanal "Mãos de Fibras", Viçosa/MG. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.
- [6] CUNHA, Wellington Alvim da. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.
- [7] EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. Orienta produtores na comercialização de produtos para o mercado institucional do PNAE. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8741#Vf66T0fF8Xg>. Acesso em: 04 maio 2016.
- [8] FAGUNDES, Helenara; DE MOURA, Alessandra Ballinhas. Avaliação de programas e políticas públicas. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89-103, 2009.
- [9] GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.
- [10] GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v.52, p.125-146, 2014.
- [11] LIMA, Aparecida de Fátima Alves; FONTOURA, Taysa; PIMENTA, Paulo Roberto; GRZEBIELUCKAS, Cleci; SENGER, Neuri Elizer. A Comercialização da Agricultura Familiar para o PNAE no Território Rural do Alto Paraguai-MT. XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. 06 a 08 de junho de 2016. Universidade Católica de Pelotas/UCPEL. Pelotas – RS. Disponível em: <http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/146841821938281_Aparecida-de-Fatima-Alves-de-Lima.pdf> Acesso em: 29 out 2016.
- [12] MANFIOLLI, M. H. Os Efeitos do PAA e do PNAE na Agricultura Familiar da Região Administrativa de Paranavaí. Maringá, 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, PA, 2014.
- [13] METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. Quality of life as affected by area of residence. I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (ResearchBulletin, 1036)
- [14] MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 7-18, 2000.
- [15] MOREIRA, Vinicius de Souza. Avaliação dos resultados do programa “Minha casa, minha vida” em Minas Gerais / Vinicius de Souza Moreira. – Viçosa, MG, 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. f.120-128. 2016.
- [16] OLIVEIRA, L. G. de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.
- [17] RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Brasília, DF: CAPES/UAB, 2009. 130 p.
- [18] SILVA, José de Ribamar Sá; BARROS, Vadira. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: um destaque ao sentido das variáveis contextuais. Revista Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 141-156, 2015.
- [19] SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; VIEIRA, Larissa Haddad Souza; CAPOBIANGO, Ronan Pereira; REIS, Paulo Ricardo; DRUMOND, Alexandre Matos. Políticas Públicas: Monitorar e Avaliar Para Quê? In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; ABRANTES, Luiz Antônio (Organizadores). Assis; Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013. Cap.11, p.301-327.
- [20] TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 2, p.66-107, 2013.
- [21] TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. This heading is not assigned a number.